

Tomada de Posição

ESCOLAS SECUNDÁRIAS DE ERMESINDE E DE VALONGO

Abordar a situação das escolas secundárias de Ermesinde e de Valongo implica necessariamente referir situações de comunidades educativas vítimas de opções de desinvestimento ao longo de muitos anos que resultam de opções políticas tomadas por sucessivos governos PS e PSD/CDS. A situação a que se chegou tem responsáveis, que não podem deixar de ser referidos. Seria muito grave que os partidos que fizeram com que se tivesse chegado a esta situação tentassem passar “entre os pingos da chuva sem se molhar”, sem assumir as suas responsabilidades.

Ao longo de anos o PCP interveio política e institucionalmente em torno destas escolas. Para além da intervenção dos órgãos autárquicos, na Assembleia da República apresentou propostas de dotação de verbas em sede de Orçamentos do Estado, apresentou Projetos de Resoluções e elaborou perguntas a vários governos. Por decisão de PS, PSD e CDS estas propostas do PCP não foram aprovadas.

Um breve enquadramento:

A Escola Secundária de Ermesinde é um dos maiores estabelecimentos de ensino do grande Porto, contando, no ano letivo de 2016/2017, com cerca de 1527 alunos, 145 Professores, 14 Assistentes Técnicos, 35 Assistentes Operacionais.

A Escola Secundária de Ermesinde é sede do Agrupamento de Escolas de Ermesinde, do qual faz parte a Escola EB 2,3 D. António Ferreira Gomes e as escolas EB 1 e Jardins de Infância de Sampaio, da Gandra e da Bela, sendo que, no total do agrupamento, existem 114 turmas, com cerca de 2500 alunos, 195 Professores, 54 Assistentes Operacionais e 16 Assistentes Técnicos. As atuais instalações desta escola têm mais de 30 anos, sendo que, neste período, não sofreram obras significativas de beneficiação, pelo contrário. As suas condições materiais apresentam evidentes e sérios problemas, a saber:

Para além do aspeto globalmente degradado, as salas de aulas encontram-se desadequadas (piso em mau estado, mobiliário deteriorado, poucas condições de isolamento térmico e de iluminação, estores ainda em lâmina metálica e janelas sem vidro ou caixilho duplo).



O equipamento informático é insuficiente e está tecnologicamente ultrapassado. Há carência de equipamentos de suporte às aulas. A Escola conta apenas com um quadro interativo! Acresce que a instalação elétrica está degradada e é deficiente para as necessidades exigidas.

Por outro lado, há vários WC's sem as condições necessárias, os serviços administrativos estão a funcionar em espaços desadequados e os espaços e condições de trabalho dos professores, e da própria direção, não são apropriados, devido à sua exiguidade.

Por fim, o pavilhão desportivo, a placa de jogos e o piso exterior carecem de intervenção e há vários espaços da escola - cerca de 3000 metros - que contêm ainda fibrocimento.

Como é evidente, as condições cada vez mais precárias em que vem funcionando este estabelecimento escolar acarretam sérios prejuízos para a respetiva comunidade escolar. A título de exemplo, atente-se ao facto de, nos últimos anos, várias centenas de alunos terem pedido transferência para outras escolas por considerarem que estes têm melhores condições materiais.

A necessidade de profundas obras de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde foi reconhecida por vários governos, quer de maioria PS, quer de maioria PSD/CDS, sem, no entanto, que tal se tenha ainda traduzido na concretização das mesmas.

Foi, aliás, esta profunda degradação das instalações escolares que determinou a inclusão desta Escola no programa de obras de modernização confiado à empresa Parque Escolar. Em 2010 foi decidido que, na escola, fosse feita uma intervenção de fundo, tendo sido concebido um projeto para permitir um concurso público para a conceção e execução de uma intervenção, sendo esta incluída na 3.ª fase da programação planeada pela empresa Parque Escolar.

Este projeto de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, concluído em dezembro de 2010, foi, recorde-se, delineado em total articulação entre os técnicos da empresa Parque Escolar, EPE e a Secundária de Ermesinde, e o seu custo estava estimado em cerca de 17 milhões de euros.

Em 2 de fevereiro de 2011, a Parque Escolar apresentou, publicamente, a toda a comunidade educativa, à Câmara Municipal de Valongo, à Junta de Freguesia de Ermesinde o projeto da nova Escola. Informou, ainda, que as obras iriam ter início na interrupção do Carnaval, pois seria aconselhável que a montagem dos estaleiros se fizesse sem alunos na escola. Posteriormente, anunciou o adiamento para a interrupção da Páscoa... Desde então, vive-se uma sequência de sucessivos adiamentos, que ainda não têm fim à vista. Na sequência das eleições legislativas de 2011 e da constituição do governo PSD/CDS, o processo de adjudicação



da obra desta escola de Ermesinde - já em curso - foi anulado, tendo o então Ministro da Educação e Ciência comunicado à Direção da Escola Secundária de Ermesinde que a intervenção prevista estava suspensa, nada tendo antecipado quanto a intenções para resolver a deplorável situação das instalações escolares da Escola Secundária de Ermesinde.

Questionado, em fevereiro de 2012, através da pergunta escrita do PCP de 3 de fevereiro de 2012, o Ministério da Educação e Ciência respondeu, em 7 de Maio de 2012, que, quanto ao futuro das obras, tinha nomeado em 15 Março de 2012 novos membros para o Conselho de Administração da empresa Parque Escolar, EPE, com a incumbência de, entre outros aspetos, (...): b) elaborar uma revisão dos planos de investimento e de financiamento para o período 2012-2015, tendo em conta o atual contexto económico e financeiro do País (...); c) propor um plano de revisão dos projetos já elaborados relativos a intervenções que foram suspensas por orientação do MEC, em Agosto de 2011;{...}”.

Entretanto, em agosto de 2012, porventura na sequência desta última nomeação, e de acordo com informações que foram disponibilizadas ao PCP, a empresa Parque Escolar terá dirigido um ofício à Direção da Escola, informando da deslocação à Escola Secundária de Ermesinde de um técnico que estava incumbido de fazer o ponto de situação das 32 escolas que não tinham entrado na requalificação prevista no planeamento da empresa.

O facto é que, volvidos quase quatro anos desde a assunção, por parte do anterior Governo, do compromisso de apresentação de um projeto de requalificação revisto, surge, em meados de 2015, um mapeamento de escolas a ser requalificadas, provindo da CCDR – Norte, onde a Escola Secundária de Ermesinde é contemplada com uma verba de 4 milhões de euros, ou seja, menos de um quarto do financiamento inicialmente proposto e largamente insuficiente para as profundas necessidades apresentadas por esta escola.

Sendo esta situação, já de si, muito grave, torna-se ainda pior, tendo em conta que, nos últimos anos, mesmo a própria manutenção da escola tem sido posta em causa por, alegadamente, estarem a aguardar por uma requalificação mais profunda que tarda em chegar. Como supostamente iria ser requalificada, esta escola também não recebeu equipamentos que eram devidos no âmbito do PTE – Plano Tecnológico de Educação - cerca de 300 computadores, 50 projetores de vídeo e 17 quadros interativos.

Acresce, ainda, que nenhuma escola secundária do concelho de Valongo foi objeto de requalificação, ao contrário da maioria dos concelhos vizinhos, sendo este o maior fator que



concorre para o aceleramento da perda de alunos para outros estabelecimentos de ensino, público e privado.

A Escola Secundária de Valongo tem atualmente cerca de 200 professores, 50 assistentes operacionais, entre outros profissionais.

A Escola Secundária de Valongo é sede do Agrupamento de Escolas de Valongo, que envolve também a Escola Básica de Sobrado (2º e 3º ciclos) e as escolas EB 1 com Jardim de Infância da Balsa, de Campelo, Fijós e de Paço, em Sobrado.

As condições crescentemente precárias em que vem funcionando este estabelecimento escolar acarretam sérios prejuízos para a respetiva comunidade escolar.

Também nesta escola foram criadas legítimas expectativas na comunidade escolar com a assunção do compromisso por sucessivos governos de realizar obras de requalificação.

Também nesta escola, a própria manutenção da escola tem sido posta em causa por alegadamente estarem a aguardar por processos de requalificação profunda.

A proposta atual:

Neste contexto, a mobilização das comunidades escolares e das forças sociais do Concelho de Valongo na defesa da superação destas situações, associada ao fato de PSD e CDS terem sido afastados do governo pela maioria dos portugueses, correspondeu a um importante elemento que não permitiu ao Ministério da Educação e à Câmara de Valongo uma atitude de indiferença e inoperância. A mobilização reivindicativa levou que até os representantes locais daqueles que nos órgãos de decisão determinavam sucessivos adiamentos do investimento, não tivessem outra alternativa que o reconhecimento da urgências da requalificação destes estabelecimentos.

A iniciativa de Cordão Humano em volta da Escola Secundária de Ermesinde, que teve lugar no dia 6 de junho de 2014, com a participação estimada de mais de duas mil pessoas, envolvendo toda a comunidade escolar e famílias, assim como representantes das forças sociais e das instituições locais, foi bem ilustrativa da determinação existente em continuar a lutar pelo cumprimento deste compromisso assumido por sucessivos governos. Note-se que esta iniciativa de luta não foi a primeira nem a última iniciativa à volta deste problema, sendo que, ao longo dos anos, e desde então, já outras tiveram lugar em torno da defesa de medidas que dotassem a escolas de melhores condições. Outras ações também tiveram lugar em defesa da requalificação da Escola Secundária de Valongo.



A proposta em apreço corresponde ao reconhecimento da urgência de requalificação destas escolas, o que representa um avanço em relação à situação existente, mas é manifestamente insuficiente e comporta até conteúdos questionáveis, nomeadamente:

Os montantes referidos, quer para a escola de Ermesinde, quer para a escola de Valongo, são manifestamente insuficientes para dar uma resposta cabal a todas as necessidades de investimento que estes estabelecimentos precisam. 100 mil euros servirá para muito pouco na Secundária de Valongo e mesmo os 3,9 milhões de euros referidos para a Secundária de Ermesinde estão bem longo do orçamento de 17 milhões que chegaram a constar de um projeto elaborado pela Parque Escolar.

A manutenção das escolas secundárias é uma competência da administração central e não da administração local. Não é justo nem razoável o Governo fazer depender um investimento tão necessária da compartição das autarquias, a quem não compete gerir estes estabelecimentos. O caminho de municipalizar quase tudo comporta sérios riscos. Tal é ainda mais óbvio no caso de câmaras municipais, como é o caso de Valongo, que se encontram com constrangimentos financeiros.

Neste sentido, consideramos que a Câmara de Valongo deve reclamar que os montantes que irá investir neste processo sejam contabilizados e registados no sentido de mais tarde poder ser ressarcida de um dispêndio de verbas que, manifestamente, compete ao governo e à administração central.

É fundamental que todo este processo decorra daqui em diante com o envolvimento das comunidades educativas, que, segundo foi dito ao PCP, não tinham sido consultadas ou sequer formalmente informadas desta proposta.

A CDU – Coligação Democrática Unitária votará favoravelmente as propostas de protocolo entre a Câmara de Valongo e o Ministério da Educação apesar das fortes reservas que mantém em relação à insuficiência dos montantes envolvidos, à desresponsabilização da administração resultante da necessidade de comparticipação do Município no âmbito de uma responsabilidade que lhe é alheia, assim como à ausência de envolvimento das comunidades educativas na sua elaboração, na medida que considera que a situação de acentuada degradação que estes estabelecimentos de ensino chegaram não comporta mais adiamentos no investimento.

Valongo, 27 de outubro de 2016

A Coligação Democrática Unitária

*Adelino Soares
João Machado
Esteria Sales*

DECLARAÇÃO DE VOTO

1.1. *Acordos de colaboração para a requalificação e modernização das instalações das escolas Básica e Secundária de Ermesinde e Secundária de Valongo;*

A bancada municipal PPD-PSD/PPM não podia deixar de votar favoravelmente esta proposta, congratulando-se com o facto do executivo da Câmara Municipal, em particular o Senhor Presidente da Câmara, ter voltado atrás na posição que assumira quanto a esta questão. Na verdade, ao ceder à pressão exercida pelo PSD, o Senhor Presidente da Câmara veio prestar um bom serviço aos munícipes de Valongo, daí ter contado com o nosso voto favorável. De resto, o presente Acordo consubstancia a concretização da moção apresentada pelo PPD-PSD/PPM, aprovada por esta Assembleia na última sessão ordinária. Contudo, este momento não faz esquecer a gestão desastrosa deste dossiê até à data.

Tivesse o Senhor Presidente sido diligente na gestão desta questão e não teríamos que cá ter vindo hoje discutir esta matéria. Desde o primeiro momento que o PSD defendeu que deveria ter sido salvaguardado o financiamento conseguido, o que é feito com a proposta ora votada favoravelmente pela bancada PPD-PSD/PPM. Não obstante tratar-se de um valor manifestamente insuficiente, é obviamente melhor do que não ter qualquer financiamento. Assim sendo, concordamos com este Acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Valongo e o Ministério da Educação. Assegurado este financiamento, haverá que fazer o melhor possível com ele e procurar *a posteriori* encontrar novas fontes de financiamento.

Não esquecemos, porém, que os valores em causa são manifestamente insuficientes devido à incapacidade negocial do Senhor Presidente da Câmara. Ao contrário do que foi conseguido por outras autarquias, Valongo não conseguiu impor as suas necessidades – que são, como todos reconhecemos, superiores às de outros municípios. Por um lado, não conseguiu passar do



valor de quatro milhões de euros. Por outro lado, não conseguiu passar desse valor mesmo quando a dotação total do financiamento passou de trinta e seis milhões e meio de euros para sessenta milhões de euros.

Depois, notamos que o grande cavalo de batalha do Senhor Presidente prendia-se com a recusa em pagar os 7,5% do valor do financiamento. A verdade é que o Acordo ora votado continua a prever tal pagamento. Ou seja, o Senhor Presidente amou, disse que não assinava, e acabou por assinar nas exatas condições que poderia ter feito desde o início. Neste cenário, ao menos, ter-nos-ia poupado, a nós e à comunidade escolar, ao arrastar da questão, à angústia e à perda de tempo.

Por fim, esperamos que o presente Acordo seja para cumprir. Não esquecemos que a certeza jurídica trazida por este Acordo é manifestamente inferior àquela que resultaria da presença do município no Despacho da Presidência de Ministros, Finanças e Educação n.º10805/2016, de 2 de setembro.

Uma nota para referir que, apesar do nosso voto favorável ao Acordo, não esquecemos que não só o valor em causa é insuficiente para a Escola Secundária de Ermesinde, como é meramente simbólico para a Escola Secundária de Valongo e esquece outras realidades carentes no concelho, como a da Escola E.B. 2,3 de Valongo.

Valongo, 27 de outubro de 2016

Pela bancada PPD-PSD/PPM,

(Daniel Torres Gonçalves)



Tomada de Posição

Águas do Norte

O processo de fusões de sistemas e empresas que o governo PSD/CSD concretizou, inseria-se num processo mais vasto que visava criar condições para a privatização dos serviços de águas e saneamento, a exemplo do que fez com a privatização da EGF na área dos resíduos.

A fusão que levou entre outras, à criação das Águas do Norte não teve em conta a opinião da generalidade dos municípios.

O processo agora em curso de reversão das fusões que o atual governo está a desenvolver e que vai ser hoje objeto de deliberação por parte deste município, representa a reposição da situação existente e por isso traduz um avanço e uma possibilidade de melhoria na gestão dos sistemas de águas e no nosso entender tem de contribuir para a salvaguarda da gestão pública. Achamos no entanto que não se foi tão longe quanto devia ser possível, pois devia aproveitar-se esta oportunidade para a devolução desta competência aos municípios e para a constituição de um sistema de titularidade municipal, admitindo-se a sua delegação no Estado. Por outro lado, persistem opções erradas que já vinham de trás e que na nossa opinião deviam ser corrigidas, como é o caso da insistência na manutenção da remuneração dos capitais próprios o que contribui para a oneração das tarifas. Não faz sentido que entidades públicas queiram auferir rendimentos na gestão de um bem que é essencial.

Quanto a aspetos concretos do documento, manifestamos dúvidas sobre o conteúdo do Acordo Parasocial pois apenas prevê a possibilidade de os municípios passarem a dispor de maioria se houver fusões ou cisões contra a sua vontade, quando devia prever que os municípios caso fosse essa a sua vontade em qualquer altura do processo podiam efetuar tal aquisição. Também não se entende o referido sobre as garantias dos empréstimos existentes, pois se é óbvio que a AdP teria de se desresponsabilizar dos mesmos em razão do nível de participação, o que os municípios teriam de assegurar seria a manutenção das condições dos empréstimos em negociação com os respetivos credores.

O prolongamento da concessão por mais 10 anos, também previsto, não deve depender apenas da vontade do concedente e da concessionária, mas sobretudo da concordância dos municípios.

Não se percebe ainda o alcance da CTA (Contribuição Tarifária Acrescida) pois parece que estes municípios apesar de saírem da empresa Águas do Norte vão continuar ligados a ela através deste pagamento. Quanto ao Fundo Ambiental era fundamental esclarecer as suas origens, os seus critérios de afetação e respetiva implicação.

Tendo em conta as questões suscitadas e apesar de se considerar a cisão um avanço, não podemos votar favoravelmente. Resolvam-se as questões por nós colocadas e estaremos então em condições de apoiar na íntegra o processo de cisão.

Valongo, 27 de outubro de 2016

A Coligação Democrática Unitária

Adelino Soares
João Machado
Patric Jelas